

SOCIEDADE
HISTÓRICA
DA
INDEPENDÊNCIA
DE PORTUGAL

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1981

E

PARECER DO CONSELHO FISCAL

31 DE DEZEMBRO DE 1981

SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL
CORPOS GERENTES EM 1981

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE	– Engenheiro Manuel Aboim Ascensão de Sande Lemos
VICE-PRESIDENTE	– Visconde de Miravouga (Engenheiro Carlos Fernando Pinto Bastos de Morais)
VICE-PRESIDENTE	– Marquês de Olhão (Dr. D. Pedro da Cunha Mendonça e Menezes)
SECRETÁRIO	– Dr. António Aboim Ascensão de Sande Lemos
VICE-SECRETÁRIO	– Professor Rafael de Barros Soeiro
VICE-SECRETÁRIO	– Engenheiro Filipe d'Orey Vieira da Rocha

DIRECÇÃO

PRESIDENTE	– Dr. Carlos Ayala Vieira da Rocha
VICE-PRESIDENTE	– General Tomaz José Basto Machado
VICE-PRESIDENTE	– D. Salvador Vaz d'Almada
SECRETÁRIO GERAL	– Arquitecto José Manuel Castro Galhardo Soares-Zilhão
TESOUREIRO	– Sr. João Feliciano Marques Pereira
DIR. DOS MUSEUS	– Capitão-de-mar-e-guerra Vasco António Martins Rodrigues
DIR. BIBLIOTECÁRIO	– Sra. D. Tereza Castello Branco
VOGAL	– Doutor Fernando José de Castelo Branco Chaves
VOGAL	– Sra. D. Maria Germana Tânger Corrêa

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE	– Professor Doutor Francisco Norton Brandão
SECRETÁRIO	– Dr. António Miguel de Lacerda Homem de Melo
RELATOR	– Capitão António Ramos

SECÇÕES DE ESTUDO

SECÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA	– Dr. Fernando José de Castelo Branco Chaves – Sra. D. Maria Antónia de Oliveira Martins de Mesquita – José Maria Gavazzo da Costa e Silva (Almarjão)
SECÇÃO ARTÍSTICA-ARQUEOLÓGICA	– Visconde de Miravouga (Engenheiro Carlos Fernando Pinto Bastos de Morais) – Arquitecto Luís Benavente – Sra. Dra. Maria Cristina Gonçalves Neto

RELATÓRIO E CONTAS

PRESADOS CONSÓCIOS,

A. INTRODUÇÃO

A Direcção tem a honra de submeter à esclarecida apreciação de V. Exas. o relatório da forma como geriu a Sociedade no ano findo e, bem assim, as contas respeitantes à sua administração durante o mesmo período.

Crê-se ser esta a primeira vez, nos 120 anos da história da nossa Sociedade, que tal documento é apresentado impresso. Entendeu-se que, não obstante os encargos assumidos, assim deveria suceder, quer para conveniente divulgação do seu conteúdo entre os associados, quer para se dar conhecimento público da actividade de uma agremiação a que compete desempenhar importante função cultural e patriótica na vida portuguesa.

É neste último sentido que começamos por aqui deixar registada uma breve notícia sobre a história da Sociedade e que incluímos neste relatório a lista completa dos sócios existentes na data a que é referido.

B. BREVE NOTÍCIA SOBRE A HISTÓRIA DA SOCIEDADE

Como reacção a uma intensa campanha pro-iberismo, que teve eco importante na imprensa da época, foi criada em 1861 a Comissão Central 1º de Dezembro de 1640, cuja organização se deve à inspiração e ao entusiasmo patriótico de um industrial de Lisboa, o Senhor Feliciano de Andrade Moura. Uma das primeiras reuniões realizadas para esse efeito teve lugar no palácio do Conde de Almada e dela saíu a lista dos quarenta novos "conjurados" que inicialmente a constituiram e na qual figuravam, entre outros, os nomes de Anselmo José Braancamp, Aires de Sá Nogueira, José Estevão Coelho de Magalhães, Luís de Castro Guimarães e Pedro Wenceslau de Brito Aranha.

À Comissão aderiram pontamente personalidades ilustres desse tempo, entre as quais se destacam Alexandre Herculano, o Conde de Almada (D. Lourenço), o Conde Redondo (José Luís), António da Silva Túlio, Gomes de Abreu e muitos outros; dela fizeram

depois parte as principais figuras do escol político e intelectual do País.

Entre as primeiras acções empreendidas pela Comissão avulta a iniciativa de comemorar solenemente, em todo o território português, o aniversário do 1º de Dezembro de 1640, a fim de activar a chama da independência nacional na luta contra o iberismo. Outra, foi a campanha junto do Governo para a reorganização das Forças Armadas, com vista a que as suas capacidades e prontidão atingissem grau bastante para garantir a integridade da soberania portuguesa.

A Comissão Central lançou em 1870 a ideia de um monumento aos Restauradores, a erigir na capital e promoveu, na Metrópole, no Ultramar e no Brasil, uma campanha de angariação dos fundos destinados à construção que depois se efectivou. Além deste notável serviço prestado à Nação, também à Comissão se devem o monumento a Camões, construído por subscrição aberta em Portugal e no Brasil e, igualmente a partir de subscrições públicas, a compra de armamento para a defesa nacional, o monumento a Bocage, em Setúbal, o monumento ao Marquês de Sá da Bandeira e o monumento a D. Afonso Henriques, em Guimarães.

Desde muito cedo que a Comissão Central pretendeu adquirir, devido ao valor simbólico que representa quanto às virtudes patrióticas do Povo Português, o palácio dos Condes de Almada, com o propósito de ali instalar, além da sua sede, os Museus da Restauração e da Independência.

Nesse sentido, comprou em 1870 o foro do palácio e porfiou, desde então, nas diligências para a sua aquisição e restauração. Estas vieram a ter eco oficial, com a publicação da Lei nº 1 814, de 19 de Agosto de 1925, que criou o "Selo da Independência de Portugal", cuja receita deveria reverter para o fundo de aquisição e restauração do edifício. O artº 6º da dita lei dispôs explicitamente que, depois de adquirido, passaria a denominar-se Palácio da Independência Nacional e que ali continuaria a funcionar a sede da Comissão Central 1º de Dezembro, em nome da qual seria feito o registo de propriedade na conservatória respectiva. No mesmo artigo diz-se ainda, quanto ao palácio, que "Nele serão instalados os museus da Guerra da Restauração, da Guerra Peninsular e da Grande Guerra...".

A Comissão Central 1º de Dezembro de 1640 transformou-se,

em 1927, na actual Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP), cujos estatutos foram aprovados pelo decreto nº 15 827, de 31 de Julho de 1928. De acordo com o artº 2º desses estatutos, são fins da Sociedade:

1º - Comemorar as grandes datas nacionais, especialmente as da Fundação e da Restauração de Portugal;

2º - Procurar desenvolver o culto do amor da Pátria entre os Portugueses residentes no território nacional e entre os que residam em países estrangeiros;

3º - Cooperar com o Governo na defesa dos direitos de Portugal;

4º - Contrariar, por todas as maneiras convenientes, a vulgarização de quaisquer ideias que possam ferir a dignidade de Portugal como nação livre e independente.

Em Abril de 1935 adquiriu novo vulto a ideia da compra do Palácio Almada e, por proposta de Luís Bastos de Macedo, foi lançada em 1 de Dezembro daquele ano uma grande subscrição nacional para o efeito, a que entusiasticamente adeririam os portugueses residentes no Brasil, com a intenção expressa de que o edifício fosse doado ao Estado, a fim de nele se instalarem o Museu de Restauração e a sede da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

As diligências prolongaram-se até Maio de 1939, altura em que o Governo, apoiando o movimento e tendo em vista as Comemorações do Duplo Centenário da Independência e da Restauração de Portugal, resolveu criar, pelo Decreto-Lei nº 29 638, o Fundo do Palácio da Independência, para o qual reverteriam o produto da subscrição lançada pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal, o produto da venda do Selo da Independência e os donativos dos portugueses do Brasil. Com esse fundo se pretendia assegurar "... a conservação do Palácio e dar expressão permanente aos generosos esforços de todos os que de algum modo contribuiram para se manter bem viva a patriótica aspiração que agora se realiza".

Adquirido finalmente o Palácio, foi este entregue, em 1940, à Mocidade Portuguesa e à Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Em 25 de Abril de 1974 o Palácio sofreu assalto da populaça e as instalações foram objecto de gravíssima ofensa. A bandeira da Sociedade foi rasgada, os arquivos destroçados, o mobiliário seriamente danificado, em alguns casos de modo irreparável. Muitos dos retratos dos antigos Presidentes ficaram destruídos e duas grandes estátuas de gesso partidas e incrivelmente conspurcadas.

Posteriormente, o Palácio foi ocupado pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas. A Sociedade utiliza agora apenas quatro salas do 1º andar do edifício e acontece que, para a realização de conferências, tem de solicitar previamente a cedência do Salão Nobre - aliás sempre prontamente autorizada - em cujas paredes não é raro estarem afixados quadros, cartazes e "slogans" relativos àquela Associação.

C. GESTÃO DE 1981

1. Orientação adoptada

Para dar cumprimento ao que os Estatutos preceituam, a Direcção estabeleceu as linhas de acção seguintes:

a. Aumentar a massa associativa, em geral;

b. Actuar, em especial, no sentido de interessar a Juventude Portuguesa nos nobilíssimos fins que a Sociedade prossegue, criando condições para que participe na respectiva consecução em entusiasmo, dela extraindo ampla satisfação para os seus mais puros anseios e aspirações;

c. Intensificar a acção cultural da Sociedade, através de conferências, visitas e passeios de estudo e da publicação da revista;

d. Contribuir para que o espírito patriótico dos Portugueses se vivifique cada vez mais, mediante a realização de cerimónias comemorativas e de outros actos evocativos, a decorrer em ambiente próprio e com a participação e dignidade devidas;

e. Expandir a acção territorial da Sociedade;

f. Acelerar o restauro das instalações e mobiliário de que dispõe, de modo a conferir-lhes a eficácia e o aspecto adequados;

g. Empreender acções conducentes a que o Palácio da Independência Nacional volte a ser consagrado aos fins que legalmente foram estabelecidos, sem prejuízo dos interesses dos seus actuais ocupantes;

h. Proceder a uma administração prudente, nos tempos difíceis que atravessamos, tendo em conta a suficiência das disponibilidades financeiras e o bom rendimento das despesas; ao mesmo tempo, dinamizar as fontes de receita actuais e conseguir a criação de outras novas, para prover às necessidades imperativas da expansão que para a Sociedade se deseja.

2. Realizações

a. Massa associativa em geral

A Sociedade lamenta profundamente a perda de dois sócios ilustres, os senhores General Joaquim Maria Neto e Dr. D. Pedro da Câmara Leme, falecidos durante o ano findo. Aqui se deixa consignada a expressão do nosso sinceríssimo pesar pelo seu desaparecimento, com preces para que Deus os tenha na Sua santa guarda.

No propósito de aumentar significativamente o número de associados, que se considera lamentavelmente pequeno para uma agremiação com as características e os fins da nossa Sociedade, promoveu-se campanha nesse sentido, tão intensa quanto possível, cujos resultados são expressivamente traduzidos pelos números seguintes.

Variação do número de sócios

Data	Acréscimo no ano	Nº de sócios existente
31 DEZ. 77	–	50
31 DEZ. 78	43	93
31 DEZ. 79	16	109
31 DEZ. 80	32	141
31 DEZ. 81	114	251

O simples exame do quadro revela que, no ano de 1981, entraram, pelo menos, 44% dos sócios actualmente existentes. É, também, de salientar que o acréscimo verificado em 1981 supera, por si só, o total dos acréscimos ocorridos no triénio anterior.

O resultado obtido permite esperar que o primeiro milhar de sócios possa vir a ser atingido com relativa brevidade, quiçá no fim de 1983. Assim, a Sociedade, além de ver reforçados os seus efectivos com vista a uma acentuada expansão operacional, atingiria posição de certo desafogo, sem necessidade tão premente de subsídios, aliás sempre bem-vindos e recebidos com viva gratidão.

A época que Portugal atravessa presentemente é propícia a que seus cidadãos olhem com interessada esperança uma agremiação que tem como objectivo primeiro o de estimular o patriotismo e de defender, a todo o transe, os legítimos direitos e interesses da Nação. Daí o esperarmos confiadamente que um número cada vez maior de bons Portugueses corresponda ao convite que daqui lhes dirigimos para que se tornem membros da nossa Sociedade.

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal está aberta a todos eles, sem discriminação quanto a bens de fortuna, função desempenhada ou posição social. Não deverá jamais esquecer-se ter sido o apoio generalizado do Povo Português que propiciou a arrancada de 1640 e a recuperação fulgurante da independência de que esteve privado durante sessenta anos.

b. Rejuvenescimento da Sociedade

Torna-se indispensável corrigir a ideia de que a Sociedade Histórica não é mais que uma agremiação de veneráveis senhores idosos, embevecidos na contemplação nostálgica das glórias de antanho. Deseja-se, muito pelo contrário, que tal imagem se torne na de uma organização activa e dinâmica, sem dúvida orgulhosa das glórias do passado e ávida de aproveitar os seus ensinamentos e inspiração, mas agitada pela ânsia de contribuir significativamente para as glórias do futuro.

Já neste ano se poude beneficiar da colaboração dedicada e operosa de alguns sócios jóvens, aos quais se devem serviços que importa assinalar. E deram-se os primeiros passos para a criação de um sector que virá, porventura, a denominar-se "Ala Juvenil" da Sociedade, com o qual se conta para enfrentar decididamente os

problemas da gente nova. Entre as soluções que se encaram avulta, de momento, a de um conjunto de actividades culturais e desportivas, a decorrer em ambiente sadio e motivador, que subtraia a mocidade do clima degradante em que é forçada a viver no dia-a-dia, constantemente ameaçada e, até, agredida pela progressiva degradação dos costumes, pela influência deletéria do que se discute - e como se discute -, do que se lê na imprensa, do que se vê no cinema e na televisão, e pelo alastrar cada vez maior dos sinistros tentáculos do flagelo da droga.

Espera-se que na Direcção a eleger para 1982 figurem já sócios jóvens, pois se crê que a polarização da Juventude Portuguesa no sentido dos grandes valores morais, sociais e patrióticos, deve constituir um dos mais importantes objectivos em que a Sociedade Histórica da Independência de Portugal se deve imediatamente empenhar.

c. Aspectos culturais

(1) Conferências - Realizaram-se, ao longo do ano, no Salão Nobre do Palácio, seis conferências a que assistiram numerosos sócios e convidados. As duas primeiras constituiram um ciclo de homenagem a antigos alunos do Colégio Militar que particularmente se distinguiram nos campos em que se situam os objectivos da Sociedade. Foram evocadas as figuras de HENRIQUE DE CARVALHO, SERPA PINTO, JÚLIO DANTAS e GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, respectivamente pelos Srs. Prof. Doutor Padre Silva Rêgo, Engenheiro José de Almeida Santos, Dr. Luís de Oliveira Guimarães e Dr. Fernando Castelo Branco. Em Outubro, o Rev. Padre Dr. Joaquim António de Aguiar falou sobre "Acção Missionária no Ultramar Português" e em 30 de Novembro, véspera do aniversário da Restauração da Independência, o Embaixador Dr. José Calvet de Magalhães abordou o tema "Significado perene da Restauração".

Apraz-nos deixar aqui consignadas as mais vivas felicitações aos conferentes pelo brilho e elevação com que souberam tratar os temas desenvolvidos, bem como a expressão do nosso sincero agradecimento por se terem dignado aceitar os convites que lhes foram dirigidos.

(2) **Passeios de estudo**- Sendo os passeios de estudo um meio de eleição para vivificar os sentimentos patrióticos, através da evocação, "in loco", de grandes acontecimentos históricos, a Direcção não deixou de promover a respectiva realização, com a qual teve também em vista um maior estreitamento das relações entre os associados.

Assim, teve lugar em Junho, com apreciável concorrência, o **passeio a Borba e Vila Viçosa**, locais em que decorreram, quer no século XIV, quer no século XVII, episódios relevantes das lutas para a Independência Nacional.

A viagem foi realizada em autocarro expressamente alugado para o efeito e, tanto durante ela como nos castelos de Vila Viçosa e de Borba, os participantes tiveram o privilégio de ouvir a palavra autorizada do Dr. Fernando Castelo Branco, que lhes proporcionou interessantes informações e esclarecimentos. Após o almoço em Vila Viçosa, houve ensejo de efectuar demorada visita ao Palácio Ducal e de ali observar inestimáveis relíquias do nosso passado histórico. A Fundação da Casa de Bragança patrocinou com grande interesse e extrema amabilidade a realização deste passeio e por isso daqui lhe endereçamos os mais efusivos agradecimentos.

Em 18 de Julho realizou-se o **passeio à Barra do Tejo**, para observação de fortificações costeiras da defesa de Lisboa, a maioria das quais construída no período da Restauração da Independência Nacional, que tão grato e importante é para os objectivos da nossa Sociedade.

Os participantes, em número de mais de uma centena, seguiram a bordo do navio CACILHENSE, unidade moderna e confortável, fretada à TRANSTEJO pela Sociedade, que largou da Estação Fluvial de Belém às 1100 e ali atracou às 1500. Desceu-se o rio ao longo da margem Norte do Tejo, saíu-se pela Barra Norte, atravessou-se a baía de Cascais e retrocedeu-se por alturas do Farol da Guia. Voltou-se a entrar pela Barra Norte e inflectiu-se depois a contornar a margem Sul até Almada, tendo-se passado perto dos estaleiros da LISNAVE. Atravessando o Mar da Palha, navegou-se rumo ao Poço do Bispo e aí se começou a descer de novo o rio, em direcção à Estação Fluvial.

Durante o trajecto foram observados mais de trinta fortes, fortins, torres e vigias. A propósito de todas elas e dos dispositivos em que se integravam, os participantes beneficiaram das informações

amavelmente prestadas, através da instalação sonora de bordo, pelo Snr. Carlos Pereira Callixto, conhecedor profundo da história das fortificações portuguesas. Na parte final houve ensejo de se contemplarem os recentes desenvolvimentos das instalações portuárias de Lisboa.

O navio manteve sempre içada a bandeira da Sociedade e, ao aproximar-se do cais da Estação Fluvial para atracar, os passageiros entoaram vibrantemente o Hino Nacional.

Ao Snr. Carlos Pereira Callixto aqui exprimimos o nosso grande apreço pela sua importante colaboração. À TRANSTEJO são também devidos os melhores agradecimentos pela amabilidade e cortezia com que os participantes no passeio foram acolhidos a bordo do CACILHENSE.

(3) **Revista** - Há dois anos que a Sociedade conseguiu reatar a publicação da revista "Independência", órgão de cultura lusíada a que se pretende dar a maior expansão possível, tanto em Portugal como no Brasil e também junto das comunidades portuguesas, designadamente dos Estados-Unidos e do Canadá, onde muitas instituições oficiais e particulares mostram grande interesse pelos assuntos respeitantes a Portugal.

Pensa-se, todavia, que a revista não satisfaz completamente na sua forma actual e que carece de ser modernizada, através de um aspecto gráfico mais atraente e de maior diversificação dos temas tratados. Não se duvida de que uma publicação deste género pode vir a ter grande massa de leitores, com a correspondente compensação financeira; no entanto, o arranque exigirá investimento que está fora das nossas possibilidades actuais. Por isso se fizeram já diligências para obter o apoio do Ministério da Cultura e de outras entidades.

d. Aspectos patrióticos

(1) **Comemorações do 1º de Dezembro** - Foi preocupação da Direcção imprimir a estas comemorações o relevo e a dignidade que os Estatutos prescrevem e a transcendência do acontecimento a evocar imperativamente exige.

Além da conferência a que já atrás se aludiu, proferida no Salão Nobre do Palácio em 30 de Novembro, tiveram lugar, no dia 1, a

homenagem aos Herois da Restauração, junto ao respectivo monumento, e a missa solene celebrada na Sé Patriarcal de Lisboa, em acção de graças pela Restauração da Independência e em sufrágio de todos os que se sacrificaram pela Independência Nacional.

A primeira começou às 1100 na Praça dos Restauradores, onde se encontrava armada uma tribuna em que tomaram lugar, além dos descendentes dos Conjurados, as entidades oficiais ou os seus representantes (Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, representantes do Presidente da República, do Primeiro-Ministro, do Ministro da Cultura, dos Chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas, do Governador Civil de Lisboa e dos Directores das Escolas, Academias e Institutos Militares, bem como o Presidente da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar), os membros da Direcção da Sociedade e numerosos convidados.

Em redor da tribuna formavam deputações de alunos da Escola Naval, da Academia Militar, da Academia da Força Aérea, do Colégio Militar e do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército, além de um destacamento do Batalhão de Sapadores Bombeiros.

A cerimónia abriu com o içar das bandeiras Nacional e da Restauração, em mastros especiais colocados junto ao monumento, ao som dos hinos respectivos, executados pela Banda da Armada. Em seguida, o Presidente da Direcção da Sociedade e o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa proferiram vibrantes alocuções, alusivas à gesta da Restauração e ao seu significado e consequências. Terminadas as alocuções, foi a altura da deposição de coroas de flores na base do monumento, à qual procederam sucessivamente o Presidente da Direcção da Sociedade, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, as deputações da Escola Naval, da Academia Militar, da Academia da Força Aérea, do Colégio Militar (em nome do Colégio e da Associação dos Antigos Alunos) e do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército. A cerimónia terminou com a continência final aos Herois, ao som dos hinos da Restauração e Nacional, este cantado em coro pela assistência.

A missa solene na Sé Patriarcal de Lisboa teve início às 1215 e foi celebrada pelo Cónego José Bernardo Correia de Sá (Asseca), que pronunciou uma notável homilia, caracterizada por grande dignidade e por interpretação judiciosa e patriótica do acontecimento que na data se comemorava. Assistiram, além dos descendentes dos Conjurados, todas as entidades que atrás referimos a propósito da cerimónia dos Restauradores e, durante a missa, fez-se ouvir um coro que cantou música sacra.

À Câmara Municipal de Lisboa e em especial ao seu ilustre Presidente, se deve empenhado apoio, que muito contribuiu para o brilho de que as cerimónias se revestiram e que reconhecidamente agradecemos.

A Radiotelevisão Portuguesa, a Radiodifusão Portuguesa e a maioria dos jornais fizeram desenvolvidas referências às cerimónias descritas.

(2) Evocação do Santo Condestável - Fez-se, nos últimos anos, lamentável silêncio sobre a figura de D. Nuno Álvares Pereira, cujas influência e importância nos destinos da Pátria têm jus a destaque excepcional.

Para corrigir tão desoladora situação, decidiu a Sociedade comemorar o 550º aniversário da sua morte, ocorrido durante este ano. E, em vez de cerimónia convencional, optou, a sugestão do Prof. Doutor Jorge Borges de Macedo, por uma "evocação da figura do Condestável através de palavras de quem o conheceu, pensou ou sentiu".

O espectáculo realizou-se em 15 de Dezembro, no estúdio do Teatro São Luís, e foi organizado, dirigido e apresentado pelo Prof. Doutor Borges de Macedo, com a colaboração de D. Maria Germana Tânger - que também nele participou - e do Arquitecto José Manuel Zilhão. Consistiu na leitura e interpretação de textos em prosa e de poemas judiciosamente escolhidos, a cuja intensidade e beleza ninguém ficou insensível, e decorreu em ambiente cenográfico e musical apropriado.

A evocação teve a assistência de numerosos sócios e convidados. Entre estes, registamos com o maior apreço S. Exa. o Ministro da Cultura, cuja presença muito nos honrou.

A cedência da sala foi mais uma manifestação do generoso apoio da Câmara Municipal de Lisboa; e as facilidades e os auxílios recebidos da Direcção do Teatro São Luís contribuíram grandemente para o êxito da iniciativa.

Não terminaremos esta referência sem uma palavra de aplauso ao Prof. Doutor Borges de Macedo pela sua concepção do espectáculo. São-lhe também devidos, a ele e aos seus colaboradores, D. Maria Germana Tânger e Arquitecto José Manuel Zilhão, os nossos

sinceríssimos agradecimentos pela respectiva realização.

e. Expansão territorial da acção da Sociedade

Prosseguiram os esforços para estabelecer, pelo menos em todas as capitais de distrito, delegações da Sociedade e para alargar e robustecer a sua implantação no Brasil. Espera-se que a acção desenvolvida possa vir a ter resultados significativos.

f. Restauro das instalações e do mobiliário

Foi restaurado mobiliário em proporção apreciável e houve ensejo de contar com o interesse da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para a realização de algumas beneficiações e reparações urgentes, recentemente concluídas.

g. Palácio da Independência Nacional

Como se disse na breve notícia sobre a história da Sociedade, o Palácio foi entregue em 1940 à Mocidade Portuguesa e à Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Desaparecida a primeira, parece que à segunda pertencerá, em exclusivo, o direito de utilizar as instalações do edifício. Sendo assim, pensamos que à Sociedade incumbe, no seguimento de todos os projectos e esforços anteriormente mencionados, criar nas dependências do Palácio o Museu da Restauração e uma biblioteca especialmente orientada para a Independência Nacional e a Restauração e fazer, ao mesmo tempo, funcionar ali a sua sede em situação condigna, ao contrário do que presentemente sucede.

O Museu citado incluiria, além de tudo o que for possível reunir para ser devidamente exposto, os jardins do Palácio depois de restaurados, com os riquíssimos paineis de azulejos (hoje muito deteriorados) e a dependência visinha, onde os Conjurados se reuniam, em pequenos grupos, no ano de 1640.

Para tanto, empreenderam-se diligências no sentido de que as entidades competentes atribuam à Associação dos Deficientes das Forças Armadas instalações que satisfaçam inteiramente as suas necessidades. E é imperativo que assim aconteça, pois se trata de uma agremiação formada por homens que fizeram, ao serviço da Pátria, o maior dos sacrifícios que humanamente se podem conceber e que, por isso, são credores do respeito e do agradecimento da

Nação.

Quando tal suceder, o Palácio da Independência, com os seus Museu e Biblioteca, constituirá, por certo, um centro de meditação e de estudo de uma época muito difícil e penosa, da qual o Povo Português soube emergir em glória graças a virtudes que, por vezes, parecem adormecidas, mas sempre acabam por se revelar em pujante vitalidade. Possam tal meditação e tal estudo frutificar em estímulos constantes para essa mesma vitalidade, são os votos bem sentidos que sinceramente formulamos.

h. Administração

(1) Contas - As contas, que juntamente se apresentam, falam por si próprias quanto à forma como foram administrados os bens da Sociedade. Regista-se que o resultado do exercício de 1981 ultrapassou ainda os sessenta e dois contos, não obstante os pesados encargos havidos com a actividade cultural e patriótica que durante o ano foi desenvolvida. E considera-se que o investimento de Esc. 220 000$00 em obrigações de juro elevado constituíu medida acertada e prudente em favor dos interesses financeiros da Sociedade.

(2) Pagamento de quotas - Processou-se regularmente, ficando, contudo, por liquidar a importância de Esc. 20 900$00.

D. PROPOSTAS

O Conselho Fiscal acompanhou com o maior interesse a actividade da Direcção, tendo-lhe prestado utilíssimo auxílio. Por isso se propõe que a Assembleia Geral aprove o voto de louvor que lhe é devido e que aqui formulamos com vivo prazer.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1981.

A DIRECÇÃO

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1981

A C T I V O

DISPONÍVEL		
Caixa	31 193$10	
Depósitos à ordem	41 409$00	72 602$10
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		
Depósitos a Prazo		485 000$00
IMOBILIZAÇÕES		
Imobilizações Financeiras	221 000$00	
Imobilizações Corpóreas	30 750$00	
Imobilizações Incorpóreas	160 900$00	412 650$00
Total		970 252$10

P A S S I V O

SITUAÇÃO LÍQUIDA		
— Resultados Transitados		
Presumível até ao exercício de 1979	826 090$90	
Exercício de 1980	81 806$60	907 897$50
— Resultados Líquidos		
Resultados correntes do exercício		62 354$60
Total		970 252$10

CONTA DE GERÊNCIA

	DÉBITO	CRÉDITO
Subsídios oficiais		239 850$00
Subsídios particulares		60 000$00
Juros de depósitos à ordem		1 894$60
Juros de depósitos a prazo		94 806$60
Quotizações de 1980		3 700$00
Quotizações de 1981		79 544$50
Revista Independência		1 500$00
Emblemas, Estatutos, etc.		3 450$00
Despesas Gerais	422 391$10	
SALDO POSITIVO	**62 354$60**	
	484 745$70	484 745$70

DESPESAS GERAIS

Pessoal	103 870$00
Encargos Sociais	3 086$00
Telefones	18 093$00
Conservação e limpezas	614$00
Electricidade	3 712$50
Passeios de estudo a Vila Viçosa e Barra Tejo	5 248$50
Evocação do Santo Condestável (Artistas, electricistas, cenógrafo, carpinteiros e pequenas despesas)	77 536$00
Despesas com conferências	6 170$00
Revista Independência:	
Impressão	77 593$00
Colaboração literária	6 500$00
Franquias postais	7 500$00
Franquias postais diversas	15 027$50
Artigos de expediente	90 805$10
Transportes, notários, telegramas, etc.	6 635$00
TOTAL	422 391$10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com o que dispõem a Lei e os Estatutos vem o Conselho Fiscal trazer ao conhecimento da Assembleia Geral o seu parecer sobre a actividade da Direcção e a gestão dos bens cuja administração lhe esteve confiada.

Tendo acompanhado aquela actividade e gestão, não tem este Conselho dúvidas em a aprovar totalmente.

A aquisição de 220 obrigações do Tesouro/FIP 81 no valor de 220 000$00 bem como a existência da verba de Esc: -485 000$00, depositada a prazo, mostra uma administração prudente, o que ajudará a Sociedade a suportar parte dos encargos existentes. O notável aumento de sócios em 1981 é facto a registar pois é da maior importância que a Sociedade tenha elevado número de sócios para garantir as suas existência e independência financeira. Na verdade, deve a Direcção desenvolver actividade de modo a conseguir alcançar, rapidamente, uma existência de 1 000 sócios.

Assim, o Conselho Fiscal, registando com prazer a forma digna como foram zelados os interesses da Sociedade e como foi dignificado o seu prestígio, é de parecer:

1) - Que sejam aprovados o relatório, balanço e contas de gerência, respeitantes ao ano de 1981, com excepção da proposta feita pela Direcção que se refere ao Conselho Fiscal.

2) - Que aproveis um voto de louvor à Direcção, pela forma como se desempenhou da sua missão na gerência de 1981.

O CONSELHO FISCAL

LISTA DOS SÓCIOS DA SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1981

Nº de Ordem	Nº de Sócio	Ano de Entrada	Nome
1	603	1921	Conde dos Arcos de Val-de-Vez (D. José Manuel de Noronha e Brito de Menezes Alarcão)
2	854	1931	Dr. Artur Eugénio Gouveia de Carvalho
3	901	1940	Dr. Luís Supico Pinto
4	991	1941	Marquês de Olhão (D. Pedro da Cunha Mendonça e Menezes)
5	996	1947	Conde de Azinhaga (D. José Pedro de Saldanha Oliveira e Sousa)
6	1019		D. José Vaz de Almada
7	1073	1953	Conde de Avillez (Jorge de Avillez Zuzarte de Souza Tavares de Aguilar e Menezes)
8	1076	1953	Brigadeiro Daniel Neves Sales Grade
9	1480	1955	Armando de Aguiar
10	1481	1955	Engenheiro agrónomo António de Mesquita Cannas da Silva
11	1537	1956	Professor Rafael de Barros Soeiro
12	1550	1956	Marquês de Rio Maior (Engenheiro Agrónomo D. João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa)
13	1560	1956	Marquês de Viana (Luis da Gama Berquó)
14	1588	1956	Engenheiro Agrónomo Miguel de Noronha Wagner
15	1653	1956	Professor Doutor Jorge Borges de Macedo
16	1813	1958	Almirante Nuno Frederico de Brion

Nº de Ordem	Nº de Sócio	Ano de Entrada	Nome
17	1882	1958	Engenheiro Manuel Aboim Ascenção de Sande Lemos
18	1902	1959	Manuel Rodrigues Afonso
19	1903	1959	Dr. Fernando do Rosário Caldeira
20	1904	1959	Engenheiro Armando de Almeida Cabral
21	1924	1959	José Fernando de Morais Sarmento de Abreu Peixoto
22	1951	1959	Dr. José Luis Esteves da Fonseca
23	1960	1959	General José Augusto Monteiro de Amaral
24	1990	1960	Dr. Aniceto Nicolau Xavier Dias
25	1994	1961	Professor Doutor Paulo Cunha
26	1996	1961	Dr. Bento Caldas
27	1998	1961	Marquês de Sá da Bandeira (Francisco de Albuquerque Sá Nogueira)
28	2017	1962	General Raul Martinho
29	2021	1962	Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real Amaral
30	2047	1964	Engenheiro Fernão Forjaz de Sampaio Pacheco de Castro
31	2054	1964	General Tomás José Basto Machado
32	2056	1965	José Maria da Ponte e Horta Gavazzo da Fonseca Magalhães da Costa e Silva (Almarjão)
33	2062	1965	Rafael António de Pina Manique Faria
34	2105	1965	Engenheiro Henrique Óscar Ferreira
35	2110	1965	Professor Doutor António da Silveira
36	2111	1965	Dr. Arnaldo de Castro Norton de Mattos
37	2122	1966	Dr. Carlos Santos Valle
38	2162	1966	Brigadeiro António Azevedo dos Reis
39	2174	1967	Conde de Vila Franca do Campo (D. João da Costa e Sousa de Macedo)

Nº de Ordem	Nº de Sócio	Ano de Entrada	Nome
40	2183	1968	General Manuel Amorim de Sousa Menezes
41	2185	1968	Dr. Raul de Carvalho
42	2191	1968	Américo Ferrer Lopes
43	2225	1969	Professor Doutor Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca
44	2227	1970	João Feliciano Marques Pereira
45	2238	1971	António Baptista Antunes
46	2247	1973	Capitão Óscar Freire de Vasconcelos Ruas
47	2249	1973	Visconde de Mira-Vouga (Engenheiro Carlos Pinto Basto de Morais)
48	2250	1973	Fernando Casimiro Saragga Nobre Biscaya
49	2257	1974	Jorge Baptista da Silva
50	2259	1976	Tenente-coronel Francisco António de Mendonça Martins Vicente
51	2261	1978	Engenheiro Herberto Manuel de Miranda
52	2262	1978	Dr. José Gomes da Costa Belo
53	2263	1978	Dr. Carlos Ayala Vieira da Rocha
54	2264	1978	Dr. António Aboim Ascenção de Sande Lemos
55	2266	1978	Major Almírio da Costa Mateus
56	2267	1978	Dr. António Pedro S. A. Sameiro
57	2268	1978	Dra. D. Celeste Soares de Miranda
58	2269	1978	General Luis Mário do Nascimento
59	2270	1978	Coronel João Augusto de Noronha e Faro Dias de Carvalho
60	2272	1978	D. Maria Antónia de Oliveira Martins de Mesquita
61	2273	1978	General José Luis Almiro Canelhas
62	2274	1978	General João Paiva de Faria Leite Brandão
63	2275	1978	Tenente-coronel Armando de Sacadura Falcão

Nº de Ordem	Nº de Sócio	Ano de Entrada	Nome
64	2276	1978	Capitão de-mar-e-guerra José de Pinna Cabral
65	2277	1978	Dr. Manuel Emygdio da Silva
66	2279	1978	Tenente Luis Mendes Pechirra
67	2280	1978	Capitão António de Oliveira Cascais
68	2281	1978	Visconde de Almeida Garrett (Engenheiro Francisco Maria das Victórias Lancastre de Almeida Garrett)
69	2282	1978	Dr. Matheus Augusto de Macedo
70	2283	1978	Engenheiro José Manuel Andrade Biscaya
71	2284	1978	Dr. António Miguel de Lacerda Homem de Melo
72	2285	1978	Arquitecto Luis Benavente
73	2286	1978	Engenheiro José Fortunato da Silva
74	2287	1978	Brigadeiro Gaspar Maria Chaves de Sá Carneiro
75	2288	1978	Engenheiro Inácio de Barros Teixeira da Mota
76	2289	1978	Professor Doutor Francisco Norton Brandão
77	2290	1978	Dr. Álvaro de Paiva de Castelbranco Leite Brandão
78	2291	1978	Coronel Amilcar Baptista Nunes
79	2294	1978	Dr. Alexandre de Paiva Leite Brandão
80	2296	1978	Profª D. Maria Germana Dias da Silva Moreira Tânger Corrêa
81	2297	1978	Dr. Aurélio Fernando Martins Pereira
82	2298	1978	Dr. António Manuel Moreira Tânger Corrêa
83	2299	1978	Arquitecto José Manuel de Castro Galhardo Soares-Zilhão
84	2300	1978	Dr. Joaquim Maria Pacheco Neves
85	2301	1978	Capitão-de-fragata José António Teixeira Cervaens Rodrigues

Nº de Ordem	Nº de Sócio	Ano de Entrada	Nome
86	2303	1978	Eng. Joaquim d'Arriaga de Tavares
87	2304	1978	José Maria Pinto de Almeida
88	2305	1978	António Manuel Rodrigues Guimarães
89	2306	1978	José Joaquim Martins Pereira
90	2307	1978	Dr. Alberto Manuel de Oliveira Feio de Azevedo
91	2308	1978	António Dias Pinto de Castro
92	2309	1978	Afonso Augusto da Costa
93	2310	1978	Dr. Mário Mota
94	2312	1979	Dra. D. Maria Cristina Teixeira Pereira Santos Gonçalves Neto.
95	2313	1979	D. Salvador Vaz d'Almada
96	2314	1979	Dr. Fernando José de Oliveira Castelo Branco Chaves
97	2315	1979	Nuno Luís de Carvalho Daun e Lorena
98	2316	1979	Engenheiro Sebastião José Corrêa de Sá
99	2317	1979	Dr. Luís Forjaz Trigueiros
100	2318	1979	D. Conception Fortuny Martorell
101	2319	1979	Brigadeiro Armando Marques Girão
102	2320	1979	Francisco da Silveira de Vasconcellos e Souza
103	2321	1979	Dra. D. Ana Paula Pires Nobre Biscaya
104	2322	1979	D. Ana Maria Nunes Vieira Nobre Biscaya
105	2323	1979	Dr. Rolando Van Zeller
106	2325	1979	Marquês de Abrantes (D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora)
107	2326	1979	Capitão Américo José Guimarães Fernandes Henriques
108	2327	1979	Dr. José Timóteo Montalvão Machado

Nº de Ordem	Nº de Sócio	Ano de Entrada	Nome
109	2328	1979	Marquês de Sabugosa (Engenheiro António Vasco José de Mello Silva César e Menezes)
110	2329	1980	Carlos Seruya
111	2330	1980	Major João Henrique Vieira Branco
112	2331	1980	Marquês de Lavradio (D. Jaime Roque de Pinho d'Almeida)
113	2332	1980	Manuel Alves de Oliveira
114	2333	1980	D. Miguel de Almeida
115	2334	1980	Marquêsa de Abrantes (D. Maria João de Lancastre e Távora)
116	2337	1980	D. Maria da Assunção de Castro de Lancastre e Távora
117	2338	1980	Conde de Penaguião (D. José Maria da Piedade de Lancastre e Távora)
118	2339	1980	Conde de Matosinhos (D. João António de Castro de Lancastre e Távora)
119	2340	1980	D. Maria das Dores Marques da Costa Lopes da Silva
120	2341	1980	Henrique Nuno Gomes de Avellar
121	2342	1980	Arquitecto Jorge Sebastião Matos Brito e Abreu
122	2343	1980	António Pedro de Carvalho Lourenço de Sousa Leite
123	2344	1980	Engenheiro Gonçalo de Aguiar de Vasconcelos Cabral
124	2345	1980	Engenheiro António Luís Cansado de Carvalho de Mattos e Silva
125	2346	1980	D. Theresa Maria Ferrão de Castello Branco Schedel Castello Branco
126	2347	1980	Dr. D. Miguel de Mello e Castro (Alvellos)
127	2348	1980	Dr. Francisco de Sousa Pereira do Lago Cruz

Nº de Ordem	Nº de Sócio	Ano de Entrada	Nome
128	2349	1980	Engenheiro José Guilherme Calvão Borges
129	2350	1980	José Bernard Guedes Salgado
130	2351	1980	Francisco do Amaral Osório de Calheiros e Menezes
131	2352	1980	Luis de Paiva Raposo Ferros
132	2353	1980	Carlos Lourenço do Carmo da Câmara Bobone
133	2354	1980	D. Maria Zaida Barbosa Loureiro Dias Guerra
134	2355	1980	Nuno-Jorge-Frederico da Costa Daupiás d'Alcochete
135	2356	1980	Dra. D. Maria Teresa Teixeira dos Reis Lopes
136	2357	1980	Dr. Eduardo Norte dos Santos Silva
137	2358	1980	Dr. José Carlos Appleton Moreira Rato
138	2360	1980	Dr. Duarte Nuno de Carvalho Gomes de Castro
139	2361	1980	D. Teresa de Jesus de Carvalho Gomes de Castro
140	2362	1980	João Paulo Marques Sabido Costa
141	2363	1980	Coronel Lúcio Jacinto Nunes
142	2364	1981	Engenheiro Filipe d'Orey Vieira da Rocha
143	2365	1981	Capitão-de-mar-e-guerra Vasco António Martins Rodrigues
144	2366	1981	Capitão António Joaquim Ramos
145	2367	1981	Coronel António Luiz Alves Dias Ferreira da Silva
146	2368	1981	Dr. José Manuel Lourenço de Castro Roque
147	2369	1981	Luiz Filipe de Mello Corrêa
148	2370	1981	Dr. António Pedro de Oliveira Collares Pereira
149	2371	1981	D. Francisco Xavier Vaz de Almeida

Nº de Ordem	Nº de Sócio	Ano de Entrada	Nome
150	2372	1981	Tenente-coronel António Henrique Trigo Perestrello da Silva
151	2373	1981	Arquitecto D. Luiz Vaz de Almada
152	2374	1981	Dra. D. Teresa Vaz de Almada
153	2375	1981	Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão
154	2376	1981	Professor Doutor Arthur Varela Cid
155	2377	1981	Dr. José Domingues Garcia Domingues
156	2378	1981	Dr. Jorge Manuel Neto Brites
157	2379	1981	António José Lopes Correia
158	2380	1981	Dr. Miguel Ângelo da Cunha Teixeira e Melo
159	2381	1981	José Nunes Freixo Boavida
160	2382	1981	Dr. César Gadanho Freire de Andrade
161	2383	1981	António José Chrystêllo Tavares
162	2384	1981	Capitão Esmeraldo Abreu Callado
163	2385	1981	Coronel Vasco de Brito Melo e Castro de Lemos da Costa Salema
164	2386	1981	General José Joaquim Corrêa Monteiro Júnior
165	2387	1981	Engenheiro José Eduardo de Barros Guedes de Sousa
166	2388	1981	General Tristão da Cunha Caldeira Carvalhães
167	2389	1981	António Adérito da Silva Carmona
168	2390	1981	D. Liliana Mariz Martins
169	2391	1981	Engenheiro D. Nuno de Castello Branco
170	2392	1981	Dr. Jaime Furtado Leote
171	2393	1981	Dr. Fernando Carlos Henriques Pereira Bastos
172	2394	1981	Capitão-de-mar-e-guerra Henrique Eugénio Bartolomeu Guimarães

Nº de Ordem	Nº de Sócio	Ano de Entrada	Nome
173	2395	1981	Tenente-coronel António Augusto de Sampaio e Melo Pereira de Almeida
174	2396	1981	José Cardoso d'Orey
175	2397	1981	Dr. Teodomiro de Almeida de Carvalho
176	2398	1981	Antero Odorico Pacheco Nobre
177	2399	1981	António Salustiano Lopes de Brito
178	2400	1981	Professor Doutor Francisco Manuel dos Reis Caldeira
179	2401	1981	Dr. Manuel de Castro Meireles
180	2402	1981	Fernando Manuelino dos Santos Reis
181	2403	1981	Marquês do Funchal (Coronel D. Domingos António de Sousa Coutinho)
182	2404	1981	Major Sérgio Joaquim Rodrigues Gonçalves
183	2405	1981	Coronel António Valadares Correia de Campos
184	2406	1981	Manuel d'Orey Vieira da Rocha
185	2407	1981	Comandante de aeronaves Alfredo Faria Fernandes O'Neil
186	2408	1981	Dr. Rafael Cárcomo de Almeida Rosa Lobo
187	2409	1981	Mário Alexandre Raimundo de Oliveira e Silva
188	2410	1981	Engenheiro José d'Almeida Santos Júnior
189	2411	1981	Capitão José Alves Antunes de Sousa
190	2412	1981	Engenheiro Carlos de Castilho Santos Silva
191	2413	1981	Dr. Luís Filipe Rosa d'Oliveira Liberato
192	2414	1981	Dr. António Cabral Gomes
193	2415	1981	Dr. Victor João Cordeiro Paixão
194	2416	1981	Comandante de aeronaves Alberto da Silva Pereira

Nº de Ordem	Nº de Sócio	Ano de Entrada	Nome
195	2417	1981	Major Florindo Eugénio Baptista Morais
196	2418	1981	Conde de Caria (Dr. Bernardo Mendes d'Almeida)
197	2419	1981	Júlio da Conceição Guerra Costa
198	2420	1981	General Frederico Alcides de Oliveira
199	2421	1981	Engenheiro Vasco de Paiva Baltazar Brites
200	2422	1981	Carlos Pereira Callixto
201	2423	1981	João José Cabral Soares de Albergaria
202	2424	1981	Vasco Lourenço Cayolla Celestino Soares
203	2425	1981	Dr. Armando Francisco Coelho Sampaio
204	2426	1981	Francisco José de Azevedo da Cunha Rosa
205	2427	1981	D. Maria Isabel Braamcamp Freire d'Orey
206	2428	1981	Coronel Joaquim Francisco Rijo Cardeira da Silva
207	2429	1981	Dr. José Fernandes Mascarenhas
208	2430	1981	Arquitecto Jorge Monteiro Varela Pinto
209	2431	1981	D. Maria da Madre de Deus Amado Braancamp Freire
210	2432	1981	Dr. Jaime Madeira de Matos
211	2433	1981	Brigadeiro José Manuel Ferreira de Lemos
212	2434	1981	Coronel Nuno Valdez dos Santos
213	2435	1981	Dr. António Emanuel da Costa Lemos
214	2436	1981	António Maria Corrêa de Sá
215	2437	1981	Dr. Miguel Fernando Neuparth Barbosa de Sá Sottomayor
216	2438	1981	Dr. Alexandre Coelho

Nº de Ordem	Nº de Sócio	Ano de Entrada	Nome
217	2439	1981	Fernando de Jesus Gomes
218	2440	1981	Luís Sotero Camacho Gomes
219	2441	1981	Jaime Policarpo de Abreu
220	2442	1981	Mário Barbeito de Vasconcelos
221	2443	1981	Dra. D. Maria Helena dos Santos Oliveira Liberato
222	2444	1981	Capitão António Oliveira Liberato
223	2445	1981	Francisco João de Vasconcellos do Couto Cardoso
224	2446	1981	Dr. José de Magalhães Valle de Figueiredo
225	2447	1981	Brigadeiro Victor Novais Gonçalves
226	2448	1981	Dr. Rodrigo de Moctzuma Pinto Leite
227	2449	1981	Engenheiro Álvaro Manuel de Oliveira Marques de Assunção
228	2450	1981	Dr. Francisco de Simas Alves de Azevedo
229	2451	1981	António de Sousa Ramos da Costa
230	2452	1981	Dr. Alfredo dos Reis Borges
231	2453	1981	Dr. Augusto Quintino de Almeida Cabrita
232	2454	1981	Engenheiro Agrónomo D. Bernardo António da Costa de Sousa de Macedo
233	2455	1981	Capitão António Vitorino Ferreira de Nóbrega
234	2456	1981	José António Alves da Cunha Coutinho
235	2457	1981	D. Maria Helena Cardoso d'Orey
236	2458	1981	Marquesa de Cadaval (D. Olga Álvares Pereira de Mello)
237	2459	1981	Condessa de Schoenborn Wiesentheid (D. Graziella Álvares Pereira de Melo Schoenborn Wiesentheid)

Nº de Ordem	Nº de Sócio	Ano de Entrada	Nome
238	2460	1981	Dra. D. Deolinda de Oliveira dos Santos Fonseca
239	2461	1981	Dra. D. Ofélia de Sena Martins
240	2462	1981	Dr. Francisco M. de Loureiro M. Diniz
241	2463	1981	Capitão José Francisco Tomaz Moreno
242	2464	1981	José Pedro Canavarro de Rhodes Sérgio
243	2465	1981	Hermenegildo dos Santos Bexiga
244	2466	1981	General Américo Agostinho Mendóça Frazão
245	2467	1981	Jorge Maria d'Orey da Cunha Santiago
246	2468	1981	Ulrica d'Orey da Câmara
247	2469	1981	Dr. José Guilherme de Mello Portugal
248	2470	1981	Padre Professor Doutor Joaquim António de Aguiar
249	2471	1981	Carlos da Silva Gonçalves
250	2472	1981	Augusto Manuel Paula Pires
251	2473	1981	Artur da Fonseca de Campos